



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/08/2015

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. DESEMBARGADOR.....	3
2.3. POSSE.....	4
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. DECISÕES.....	5 - 6
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. COMARCAS.....	7
4.2. DECISÕES.....	8 - 9
4.3. DESEMBARGADOR.....	10
4.4. PLANTÃO NO TJMA.....	11
4.5. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	12

No Kitaro

A Justiça assinou o ponto, ontem, na hora do almoço, marcando presença no charmoso restaurante Kitaro, de José Iran Wanderley, no São Luís Shopping.

Exemplo: os desembargadores Nelma Sarney e Ricardo Duailibe comandavam, cada um, as mesas mais concorridas da tarde.

A corregedora era vista ao lado da filha Alina e de parte do seu staff na Corregedoria Geral da Justiça. Já Ricardo, participava da comemoração de aniversário de um de seus assessores.

Também por lá, Chames Maluf Braid e a arquiteta Isabela Murad.

Processo eletrônico

Mais de 60 mil processos estão tramitando exclusivamente por meio eletrônico – sem uso de papel – em 29 juizados especiais, oito turmas recursais e nas câmaras criminais reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A partir de 14 de setembro, o sistema do Processo Judicial eletrônico (PJe) será expandido para outras 25 varas judiciais de São Luís, totalizando 63 unidades.

TRANSFERÊNCIA

Juízes debatem depósitos judiciais

A preocupação quanto às consequências do cumprimento do artigo 3º da Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, que prevê a transferência para a conta do tesouro estadual e dos municípios do percentual de 70% do valor dos depósitos judiciais, foi um dos assuntos mais polêmicos discutidos ontem, durante o 104º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, em Curitiba (PR).

A constitucionalidade da lei está sendo contestada junto ao Supremo Tribunal Federal pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB). Durante a sessão de trabalho, os desembargadores reafirmaram o posicionamento contrário do colegiado, já manifestado em encontro anterior, contra a alteração da sistemática dos depósitos judiciais e administrativos no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, alegando os prejuízos à administração do Poder Judiciário, que já enfrenta dificuldades quanto à insuficiência dos repasses do Poder Executivo para arcar com as despesas na realização da prestação jurisdicional.

A orientação é que os presidentes de cortes estaduais recomendem às instituições financeiras máxima cautela na efetivação da transferência dos



Para Bayma, as consequências da Lei nº 151 são danosas para o Judiciário

recursos dos depósitos judiciais e administrativos aos estados ou municípios, até que seja apreciado o pedido de liminar de suspensão da eficácia da lei na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela AMB, que está sendo analisada pelo ministro Celso de Melo.

O presidente do Colégio, desembargador Milton Nobre (TJPA) informou que uma comissão de presidentes das cortes estaduais irá solicitar uma audiência com o ministro re-

lator, para defesa da proposta. Segundo o dirigente, a Justiça estadual brasileira concentra 75% dos conflitos judiciais ajuizados no Brasil, nas mãos de 11.600 magistrados, dentre juízes e desembargadores, o que demonstra sua importância; mas enfrenta a escassez de recursos na administração da Justiça.

Danos

O desembargador Antonio Bayma Araújo, que representa a presidente do Tribunal de Justiça

do Maranhão, Cleonice Freire, no encontro, disse que as consequências da execução da Lei nº 151 são danosas para o Judiciário. "Primeiro porque utiliza um dinheiro que está para garantir ações, decisões, e que foi depositado em confiança. E se for necessário lançar mão dele para a realidade para a qual fora depositado, possivelmente não terá fundos suficientes.

Outro aspecto a considerar, segundo o desembargador, é a ineficiência de gestão dos executivos estaduais e municipais. "Se o estado contraiu dívidas, se tem obras para pagar ou outras responsabilidades, que ajuste suas contas e cumpra suas obrigações", complementou o magistrado.

O 104º Encontro termina hoje, com a elaboração e divulgação da "Carta de Curitiba", com as deliberações do encontro. Dentre elas, o posicionamento dos presidentes de cortes de Justiça estaduais contra a eficácia do artigo 3º da lei que altera a sistemática dos depósitos estaduais e administrativos.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amm), juiz Gervásio Santos, participou como representante da Coordenadoria da Justiça Estadual da Associação dos Magistrados do Brasil e explicou sobre o trâmite da ADI.



Posse

A juíza Welline de Souza Coelho é a nova titular da 2ª Vara da Comarca de Chapadinha (entrância intermediária). Promovida pelo critério de merecimento, a magistrada tomou posse na quarta-feira (19), na presença da presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Silva Freire. A promoção foi aprovada em sessão administrativa do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Tribunal de Justiça confirma ilegalidade da greve da Polícia Civil

Os desembargadores das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negaram pedido do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Maranhão (Sinpol) para anular a decisão do desembargador Kleber Carvalho, que determinou a suspensão da greve no prazo máximo de 12 horas, estabelecendo multa diária de R\$ 20 mil pelo descumprimento da medida liminar.

Na decisão, o desembargador Kleber Carvalho determinou também que o Sinpol deixasse de promover, divulgar ou incentivar qualquer medida que impedisse ou causasse embaraço à regular e contínua prestação do serviço público inerente à atividade policial desempenhada pelos policiais civis do Estado do Maranhão.

Em recurso interposto junto ao Tribunal de Justiça, o Sinpol pediu a nulidade da decisão. Alegou a incompetên-

cia do desembargador para julgar a questão. Sustentou que o próprio magistrado se considerou incompetente para o julgamento e que a deflagração da greve, no dia 3 deste mês, teve como objetivo abrir negociação com o Governo do Estado em busca de melhorias salariais e melhores condições de trabalho.

Voto

O relator do processo, desembargador Cleones Cunha, afirmou não vislumbrar direito no pedido de anulação, com o entendimento de que a incompetência absoluta não pode ser observada perante uma medida de urgência diante de uma melhor e mais célere prestação da tutela jurisdicional.

Quanto ao fato do próprio desembargador constatar sua incompetência, o relator afirmou que o mesmo pode remeter o processo ao juízo corre-



Ribamar Pinheiro

Relator do processo, desembargador Cleones Cunha, afirmou não vislumbrar direito no pedido de anulação

to, porém, inexistente impedimento para analisar o pedido de liminar, a exemplo do julgamento ocorrido com o Sinpol.

Em relação à deflagração do movimento grevista como forma de abrir negociação com o Estado, o desembargador Cleones Cunha entendeu que não cabe aos policiais ci-

vis o direito de greve. Disse ainda ter sido demonstrado o aumento da criminalidade no Estado, fato que deixou claro a necessidade do pleno funcionamento das polícias estaduais (militar e civil), como forma de combater a violência. (Processo: 39235/2015). (Asscom-TJMA)

PF reforça a vigilância para capturar a prefeita de Bom Jardim



Lidiane Leite está foragida e sendo procurada

A Polícia Federal (PF) reforçou a vigilância em aeroportos e rodoviárias do Maranhão para capturar a prefeita de Bom Jardim, Lidiane Leite (PP), foragida desde quinta-feira (20), quando foi deflagrada a “Operação Éden”, que investiga denúncias de desvios de verbas da educação no município.

“Solicitamos a todos os cidadãos de bem do Estado do Maranhão que cada um deles se torne um agente da Polícia Federal e nos auxilie na captura dessa pessoa”, disse o superintendente regional Alexandre Saraiva, em entrevista coletiva concedida na quinta-feira.

Foram presos os ex-secretários de Agricultura, Antônio Gomes da Silva, conhecido como “Antônio Cesarino”, e de Assuntos Políticos, Humberto Dantas dos Santos, conhecido como Beto Rocha, que seria ex-namorado da prefeita.

“Acontece que, com a publicação da reportagem, por decorrência da repercussão até nacional, nós percebemos no monitoramento que os alvos estavam se movimentando muito, tentando conversar com testemunhas e há rumores no local de que eles estavam tentando evadir-se”, explicou.

“Mesmo sendo policiais federais, somos humanos e estamos absolutamente indignados porque chegou ao nosso conhecimento que as crianças estavam sendo dispensadas mais cedo das aulas por falta de alimentação”, revelou o delegado Fabrizio Garbi.

Desvios - A polícia investiga transferências de cerca de R\$ 1 mil realizadas da conta da prefeitura para a conta pessoal de Lidiane, chegando a R\$ 40 mil em um ano. Também foram feitas transferências para o advogado da prefeitura, Danilo Mohana, que somam mais de R\$ 200 mil em pouco mais de um ano.

Além da prefeita, secretários, ex-secretários



Fotos: Divulgação/PF

Ex-secretários foram presos e encaminhados para a PF em São Luís

e empresários também estão sendo investigados por causa de irregularidades encontradas em contratos firmados com “empresas-fantasmãs”. Houve duas licitações para reformar 13 escolas, pelas quais a “Zabar Produções” obteve R\$ 1,3 milhão e a “Ecolimp” recebeu R\$ 1,8 milhão. Nenhuma das empresas foi encontrada.

Em 2013, a prefeitura firmou contrato com 16 agricultores para o fornecimento de merenda escolar nas escolas municipais, pelos quais cada agricultor receberia em média R\$ 18 mil por ano. Os agricultores afirmaram que não receberam os pagamentos.

Luxo na internet – Lidiane se tornou prefeita aos 22 anos, em 2012, depois que o namorado dela na época, Beto Rocha, candidato a prefeito, teve a candidatura impugnada ao ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa. Ela assumiu o lugar dele e foi eleita.

Depois que assumiu o cargo, Lidiane passou a compartilhar fotos da nova rotina nas redes sociais. Nos perfis pessoais, ela escreveu: “Eu compro é o que eu quiser. Gasto sim com o que eu quero. Tô nem aí pra o que achem. Beijinho no ombro pros recalçados”. Em outro post, ela diz: “Devia era comprar um carro mais luxuoso pq graças a Deus o dinheiro ta sobrando”.

Afastamentos – A Justiça do Maranhão havia determinado o afastamento da prefeita pelo prazo de 180 dias em dezembro de 2014, com base no descumprimento da regularização das aulas e do fornecimento de merenda e de transporte escolar em Bom Jardim.

Na ação, o Ministério Público do Estado afirma que Lidiane havia apresentado informações falsas a respeito das irregularidades, mas as informações acabaram desmentidas por meio de denúncias dos próprios moradores da cidade.

A gestora também já havia sido citada pela Justiça por má conduta no início de 2014, quando foi deferida liminar, a pedido do MP-MA, para declarar a ilegalidade de decreto municipal que tornou nulas as nomeações dos excedentes do concurso público homologado em novembro de 2011.

Audiência Pública discute questão de cercas no município de Anajatuba

Uma audiência pública realizada na quinta-feira (20), na Escola Paroquial de Anajatuba, teve por objetivo a discussão das cercas construídas por fazendeiros no município, que vêm causando conflitos entre estes e os pescadores, apontados como os responsáveis pela derrubada das mesmas. Presidida pela juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha, respondendo pela comarca, a audiência terminou com o compromisso proposto

pela magistrada para que pescadores não derrubem mais cercas e fazendeiros não construam novas.

Enquanto pescadores presentes ao evento reclamaram das cercas que “impedem a passagem, prejudicam os pescadores, que a cerca do campo só traz problema, que impedem o acesso”, os fazendeiros alegaram que estão “defendendo o direito de propriedade de todos os criadores”, entre outras argumentações para justificar as

cercas nas propriedades.

Falando aos presentes, a magistrada Jaqueline da Cunha afirmou que já que não foi possível a composição amigável, os contêdores devem “aguardar a solução da Justiça, sem fazer justiça com as próprias mãos”.

Na comarca, cerca de 15 ações em tramitação na Justiça têm como autores fazendeiros que buscam inibir a derrubada das cercas por parte dos pescadores. *(Ascom TJMA)*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONFIRMA ILEGALIDADE DA GREVE DA POLÍCIA CIVIL

PÁGINA 4 [C1]

Tribunal de Justiça confirma ilegalidade da greve da Polícia Civil

Os desembargadores das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) negaram pedido do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Maranhão (Sinpol) para anular a decisão do desembargador Kleber Carvalho, que determinou a suspensão da greve no prazo máximo de 12 horas, estabelecendo multa diária de R\$20 mil pelo descumprimento da medida liminar.

Na decisão, Kleber Carvalho determinou também que o Sinpol deixasse de promover, divulgar ou incentivar qualquer medida que impedisse ou causasse embaraço à regular e contínua prestação do serviço público inerente à atividade policial desempenhada pelos policiais civis do Estado do Maranhão.

Em recurso interposto junto ao Tribunal de Justiça, o Sinpol pediu a nulidade da decisão. Alegou a incompetência do desembargador para julgar a questão. Sustentou que o próprio magistrado se considerou incompetente para o julgamento e que a deflagração da greve, no dia 3 deste mês, teve como objetivo abrir nego-

ciação com o Governo do Estado em busca de melhorias salariais e melhores condições de trabalho.

VOTO – O relator do processo, desembargador Cleones Cunha, afirmou não vislumbrar direito no pedido de anulação, com o entendimento de que a incompetência absoluta não pode ser observada perante uma medida de urgência diante de uma melhor e mais célere prestação da tutela jurisdicional.

Quanto ao fato do próprio desembargador constatar sua incompetência, o relator afirmou que o mesmo pode remeter o processo ao juízo correto, porém, inexistente impedimento para analisar o pedido de liminar, a exemplo do julgamento ocorrido com o Sinpol. Em relação à deflagração do movimento grevista como forma de abrir negociação com o Estado, Cleones Cunha entendeu que não cabe aos policiais civis o direito de greve. Disse ainda ter sido demonstrado o aumento da criminalidade no Estado, fato que deixou claro a necessidade do pleno funcionamento das polícias estaduais (militar e civil), como forma de combater a violência.

HOMENAGEM

***Pelas duas décadas de atuação na área da saúde, o UDI Hospital recebeu na última terça-feira (18/08), em uma sessão solene o reconhecimento da Câmara Municipal de São Luís. Em homenagem os doutores sócios-proprietários Carlos Alberto Vieira Gama, José Bonifácio Barbosa e Lourival de Nazaré Vieira Gama receberam uma placa comemorativa.



Dr Gutemberg Araújo em seu discurso, justificando a homenagem

****De autoria do vereador Gutemberg Fernandes de Araújo (PSDB), a homenagem reconheceu o destaque do UDI Hospital na história da medicina maranhense e na prestação de serviços médicos de excelência em saúde com melhor relação custo/benefício aos pacientes, além da geração de emprego e renda no Estado.

FOTOS JR.CELEDÔNIO



José Bonifácio, Carlos Gama, Gutemberg Araújo, Lourival Gama e Pavão Filho



Dra. Helena Duailibe, José Bonifácio, Carlos Gama, Gutemberg Araújo, Lourival Gama, Pavão Filho, Francisco Cavalho, Professor Lisboa e Desembargador Cleones Carvalho



Um dos homenageados, Carlos Gama, discursando

Desembargador Bernardo Rodrigues permanece no plantão até domingo

O desembargador José Bernardo Rodrigues receberá, durante o plantão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), neste fim de semana, as demandas urgentes nas esferas cível e criminal. Estão incluídos pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outras solicitações.

Os servidores plantonistas de 2º Grau são Joseli Nascimento e José de Jesus Costa, que atenderão pelo telefone (98) 98815-8344. Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, eles são responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

DIAS ÚTEIS – Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia



seguinte. Aos sábados, domingos e feriados – inclusive os de ponto facultativo – entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Varas da Fazenda Pública da capital planejam mutirão de negociação fiscal

As três varas da Fazenda Pública de São Luís, exclusivas de execução fiscal, planejam a realização de um mutirão de negociação fiscal, envolvendo pequenos e grandes devedores de tributos como ICMS, IPVA, ISS e IPTU, na capital. O objetivo é reduzir o acervo de processos nessas unidades judiciárias, recuperar o crédito público e possibilitar que cidadãos e empresas regularizem sua situação fiscal.

Para definir a data e a estrutura do mutirão, as varas da Fazenda discutem com os governos estadual e municipal o interesse e o apoio ao evento. Os juízes já enviaram às procuradorias do Estado (PGE) e do Município (PGM) os requisitos exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para organização do mutirão. "Ainda não foi marca-

da a data porque aguardamos a manifestação do poder público", acrescentou o juiz titular da 9ª Vara da Fazenda, Raimundo Nonato Neris.

O magistrado explicou que serão levadas para o mutirão de negociação fiscal as cobranças de dívidas vencidas de tributos, incluindo as já ajuizadas na justiça e aquelas que ainda estão em fase de cobrança administrativa. Conforme juiz, nas três varas exclusivas de execução fiscal de São Luís, existem mais de 40 mil processos de cobrança de débitos tributários. Desse total, 80% são referentes a impostos municipais, sendo a maioria de IPTU.

Raimundo Nonato Neris destacou que mutirões semelhantes já foram realizados este ano em capitais como Recife (PE), Brasília (DF) e Cuiabá (MT), com o

apoio do CNJ, Tribunais e Corregedoria de Justiça dos estados e das varas de execução fiscal. Segundo ele, a iniciativa alcançou excelentes resultados, em razão do alto índice de arrecadação de dívidas de tributos.

O mutirão integra o Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, criado pelo CNJ. A iniciativa visa a auxiliar os juízes na implantação de medidas de organização e gestão estratégica dos processos de execução fiscal. A proposta é adaptar experiências já consagradas em outras realidades, com o fim de alcançar a recuperação do crédito público, regularizar a situação fiscal do cidadão e das empresas e reduzir o acervo processual de cada unidade judiciária.